



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CADERNO 1
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

| | |
|------------------------------------|--|
| Setor Requisitante: | SAPI – Seção de Apoio a Projetos Institucionais |
| Responsável: | Patrícia Helena dos Reis |
| e-mail do responsável | dg@trt3.jus.br |
| Telefone do responsável: | 3228-7001 |
| Integrante Demandante: | Desembargador Dr. Marcelo Lamago Pertence, Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro |
| e-mail do Integrante Demandante: | gab24@trt3.jus.br |
| Telefone do Integrante Demandante: | (31) 3228-7249 |

I) APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)

Implementar ações relacionadas ao direito social do trabalho; Divulgar a importância da saúde e segurança no trabalho; Sensibilizar a sociedade para os prejuízos pessoais e sociais do trabalho infantil; Demonstrar os benefícios do contrato de aprendizagem para a formação profissional dos jovens; Fomentar ações de saúde e prática de atividade física; Proteger a pessoa humana em situação de vulnerabilidade; Promover a ética, a cidadania e o respeito à equidade de raça, gênero e diversidade.

II) JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

O “Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho”, instituído pela Resolução CSJT nº 96/2012, é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

O “Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem” foi instituído pelo Ato nº 419/CSJT, de 11 de novembro de 2013 com o objetivo de desenvolver ações em prol da erradicação do trabalho infantil no Brasil e da adequada profissionalização do adolescente, com a colaboração da Rede de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil,

constituída, dentre outras entidades públicas e privadas, por todos os órgãos da Justiça do Trabalho.

O “Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante” foi instituído pela Resolução CSJT nº 367/2023, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, ações voltadas à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como à proteção do trabalho de pessoas migrantes.

O “Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade” foi instituído pela Resolução CSJT nº 368/2023, com o objetivo de afirmar o compromisso contínuo com a busca da promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho, no âmbito da Justiça do Trabalho.

Já o Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, instituído pela Resolução GP N. 164, de 15 de dezembro de 2020 tem, no âmbito do TRT3, dentre outras atribuições, a função de fomentar os programas, projetos e ações vinculados à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, e promover, em cooperação com a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Saúde, reuniões, encontros e eventos sobre temas relacionados à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

Atualmente, no Brasil, mais de 2 milhões de crianças e adolescentes são submetidas ao trabalho infantil. Segundo informações obtidas no site da Organização Internacional do Trabalho - OIT, “apesar de todos os esforços, o número de crianças ocupadas no Brasil representa quase 25% do total de crianças ocupadas na América Latina. Por isso, é imprescindível que o Brasil adote medidas urgentes e eficazes para acelerar o ritmo de eliminação do trabalho infantil”.

Ainda conforme dados da OIT, publicados em 2022, entre 2012 e 2021, 22.954 mortes no mercado de trabalho formal foram registradas no Brasil. Apenas em 2021, foram comunicados 571,8 mil acidentes e 2.487 óbitos associados ao trabalho, com aumento de 30% em relação a 2020.

Os afastamentos por motivo de doenças ocupacionais, além de outras doenças como depressão, estresse, ansiedade e outros transtornos mentais também têm se mantido em níveis elevados ao longo dos anos.

Neste contexto, o TRT3, visando ampliar a discussão e a reflexão da sociedade, de seus Magistrados e Servidores a respeito de temas tão importantes, pretende promover, por meio da união de esforços entre os gestores das cinco áreas mencionadas, uma ação que divulgue e chame a atenção para tais questões, contribuindo, assim, para uma maior sensibilização e conscientização e, indiretamente, para a possível redução destes números alarmantes.

III) PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Espera-se propor a contratação até o dia 24/05/2024. A autorização da autoridade competente deverá ocorrer até o dia 01/08/2024, tendo em vista o evento com data prevista para 22 de setembro de 2024 e eventuais intercorrências em termos de concorrência de licitantes.

IV) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Contratação está correlacionada ao Objetivo Estratégico 02 do Plano Estratégico Ciclo 2021 -2026 - Perspectiva Sociedade - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade. Tal Objetivo visa promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

V) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DE COMPRAS

A Seção de Apoio a Projetos Institucionais foi constituída e passou a atuar em apoio executivo aos programas institucionais apenas em janeiro de 2024.

Foi solicitada inclusão no PCA 2024 à DADM, conforme e-mail anexo

VI) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

É sabido que há recursos suficientes em 2024 para efetivar a contratação, já sendo solicitado inclusão no PCA 2024.

Foi realizada solicitação de adequação orçamentária de R\$224.011,53 (duzentos e vinte e quatro mil, onze reais e cinquenta e três centavos), conforme Epad 14942/2024.

No ano de 2024, a verba descentralizada pelo Tribunal Superior do Trabalho para o Programa de Trabalho Seguro restou autorizada em 01/04/2024, no importe de R\$22.263,00 (vinte e dois mil duzentos e sessenta e três reais), a qual, embora insuficiente, servirá igualmente para custear parte desta contratação (E-pad 14133/2024).

VII) NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

A proposição está sendo instruída pela Assessoria de Projetos e Contratações Especiais – APCE, com o auxílio dos Comitês Gestores Regionais dos Programas Institucionais e da Seção de Apoio aos Projetos Institucionais - SAPI, assim como do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, que são os integrantes demandantes. Tendo em vista que alguns componentes da solução demandam conhecimentos técnicos

específicos, sugere-se a indicação de um servidor da Secretaria de Comunicação e de um servidor da Secretaria de Engenharia para atuarem como integrantes técnicos.

Atuarão como integrantes administrativos as servidoras Elaine Petrocchi da Costa Vieira, Assessora da APCE, Clara Angelica Vieira Passos Rocha e Andressa Aparecida Carvalho Moura, servidoras lotadas na na APCE, e a servidora Rebeca de Castro Rocha, da SAPI.

Atuarão como integrantes técnicos Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto, da Secom, e Pedro Jorge Albuquerque Tavares, da Seng.

VIII) CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÃO PREDETERMINADA

O TRT da 3ª Região, no decorrer dos anos, vem desenvolvendo várias ações e projetos em prol da erradicação do trabalho infantil, da promoção do trabalho seguro, da saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho e agora do enfrentamento a trabalho escravo e promoção à equidade. Dentre estas ações, podemos citar a confecção e distribuição de cartilhas, parcerias com órgãos e entidades, oficinas, seminários e outros.

Para este ano de 2024, os Gestores Regionais dos Programas Trabalho Seguro, de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade e de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, em conjunto com a Coordenadora do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, em sua discricionariedade, entendem que, dentre os diversos tipos de ações possíveis de serem implementadas, e que já vem sendo feitas no decorrer dos anos, a realização de um evento esportivo, como uma Caminhada, tem um amplo potencial de impacto e repercussão, sendo, portanto, ideal para a divulgação da importância da saúde e segurança do trabalho e para chamar a atenção para a necessidade de prevenção a acidentes de trabalho e ao combate ao trabalho infantil, além de incentivar a prática de exercícios físicos, fundamentais para uma boa qualidade de vida.

Dentre os diversos eventos esportivos passíveis de realização, optou-se por uma Caminhada, por ser considerada a atividade mais democrática, com maior potencial de inclusão e alcance, tendo em vista que outros esportes mais específicos poderiam se constituir em um limitador de público.

Considerou-se fazer uma corrida em conjunto com a caminhada, porém, devido a questões orçamentárias, e também pelo ineditismo da ação no âmbito deste Regional, considerando a inclusão do Programa de Equidade, o qual atende questões de acessibilidade, sem maiores experiências deste Regional, decidiu-se pela realização da Caminhada, somente.

Assim, tem-se como solução predeterminada, a realização de um evento esportivo, qual seja, uma Caminhada, destinada aos servidores ativos e aposentados do Tribunal e seus dependentes, aos trabalhadores terceirizados e ao público em geral, que deverá ocorrer preferencialmente nas imediações do Edifício-Sede do Tribunal, localizado na Avenida Getúlio Vargas.

Para viabilizar o projeto, será contratada empresa especializada na produção e organização de eventos esportivos.

IX) CONSIDERAÇÕES DO DECISOR SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Não se aplica. Conforme explicitado no item anterior, existe solução predeterminada.

X) ASSINATURA DO DECISOR:

Assinatura:

Nome: Patrícia Helena dos Reis

Cargo: Diretora Geral